

Um Lugar Não Mais: o Romance Brasileiro Contemporâneo nos Limites do Império (o Caso Bernardo Carvalho)

*Paulo César Silva de Oliveira**

RESUMO: Este artigo é uma reflexão acerca do posicionamento da ficção brasileira contemporânea face à questão do pós-colonialismo. Compreendendo como essencialmente problemática, no caso brasileiro, essa noção requer um debate plural acerca das vias e desvios essenciais que marcam o espaço-tempo do campo literário nacional: problema da língua; herança colonial; campo intelectual e produção ficcional e persistência das noções românticas de nação, nacionalidade, identidade e diferença. O romance *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho, se apresenta como ponto de inflexão desses questionamentos e será lido como paradigma de algumas interrogações recorrentes suscitadas pelo chamado pós-colonialismo, dentre os quais, destacamos o papel da literatura contemporânea brasileira como demandante de certas especificidades críticas, especialmente constantes no campo da crítica cultural e, porventura, política.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-colonialismo; Literatura Brasileira; identidades; espaço-tempo.

ABSTRACT: This article is a reflection on the positioning of the Brazilian literature regarding some postcolonial conceptions. Understanding this notion as essentially problematic in the Brazilian experience, a plural debate will be required, as the specificities of our colonization in space and time require a more accurate debate, specially concerning the questions of the language, of our colonial heritage; of our fictional production inserted in the intellectual field as well as on the persistence of the romantic notions regarding the concepts of nation, nationality, identity and difference. The novel *O filho da mãe* stands as an inflection point to these questions and it will be read as a paradigm of some recurrent problems evoked by the

* Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

cultural and political postcolonial interpretation of culture, from which we will highlight the role of the contemporary Brazilian literature as a phenomenon that carries specificities, mainly in the critical, cultural and, by chance, political field.

KEYWORDS: Postcolonial Studies; Brazilian Literature; identities; space-time.

Introdução

Os problemas que rondam a ideia de uma literatura pós-colonial no Brasil são, por vezes, homólogos a certas questões acerca das definições de uma América pós-colonial. No campo da literatura, essas relações se nutrem de especificidades que tornam tais definições ainda mais complexas ou delicadas. Como o que se denomina América Latina já denuncia uma nomenclatura de vínculo europeizante, por um lado; por outro, entretanto, também evidencia uma condição singular que, no caso do Brasil, permeia a questão da língua, em seu caráter de multidão solitária: solidão da língua na imensidão territorial comprovada nas cartografias e pelo gigantismo de nossa dimensão espacial, da expansão continental que nos caracteriza. A questão da língua portuguesa adquire, nesse cenário, configurações singulares e matizadas. Entender o contexto das condições da produção ficcional contemporânea, sob o viés do pós-colonialismo, objetivo dessa reflexão, requer de nós, portanto, uma breve introdução que demandará certo pensamento/ posicionamento crítico-reflexivo, que trataremos, provisoriamente, sob o termo *interrogações de risco*. Para essa tarefa, propomos discutir alguns pontos de inflexão, sendo o primeiro deles o caráter de “solidão gigantesca”, expressa no termo “solidão ao Sul”, assunto com que lidamos, sob outras matrizes, em outras ocasiões.

Neste momento, encaminharemos a questão, inicialmente, sob o viés dos questionamentos oriundos do próprio campo literário, abrindo a reflexão para

¹ Referimo-nos, mais especificamente, ao ainda incipiente ensaio publicado em 1995, em que discutíamos o processo de integração da América Latina e do Caribe, em um trabalho escrito para um concurso internacional de ensaios sobre o tema. As referências a esse trabalho, retomado em bases mais amplas aqui, encontram-se em nossa bibliografia, em Oliveira (1996).

a compreensão do lugar que o Brasil ocupa no mundo da globalização, bem como do fenômeno de língua que lhe é característico no cenário latino-americano, sem esquecer a questão dos nacionalismos formadores, desde o Romantismo, a pontuar certas discussões acerca das especificidades de uma literatura dita autêntica, brasileira. Quanto a isso, o estudo do pós-colonialismo, nas regiões de influência lusófona, se nutre de algumas características particulares, no nosso caso brasileiro, por exemplo, nossa relação com a colônia, ela própria problemática em face da configuração do espaço-tempo português como o de país sub-hegemônico.

Esta reflexão encaminhará, portanto: uma proposta de debate reflexivo-crítico em torno do posicionamento do Brasil no contexto latino-americano e sob a matriz da língua; uma retrospectiva e insistente recuperação das questões românticas sempre retornáveis, o que se verificará nesse trabalho; uma análise das relações colônia-metrópole, especialmente com base nas análises de Boaventura Sousa Santos (2004); e um estudo exemplar-analítico do romance *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho (2009), como texto-guia do que estaremos discutindo, no difícil trato com a literatura brasileira contemporânea em suas relações com o que se denomina problematicamente de pós-colonialismo.

Um lugar não mais: o espaço-tempo da língua

Os fenômenos advindos da reflexão sobre o caráter pós-colonial da produção literária não podem se furtar à exposição política, social e econômica, lembrando sempre que esses fenômenos estão também atrelados à contingência histórica, ao panorama do espaço-tempo que forma as especificidades das antigas colônias. No âmbito da crítica cultural, os embates teóricos que se dão no campo intelectual, especialmente os que se travam no campo literário, requerem de nós o mapeamento

de certo percurso de discussão. Nossa escolha inicial recaí sobre a questão da unidade, tema caro às nações colonizadas e que encontra na problemática da língua um potencial viés crítico-discursivo. Nas palavras de Claire Taylor (2007, p. 123), “(...) there is no ‘essential’ Latin American identity which can be expressed free from the constraints of an imposed, colonial language”. No caso português, um pensamento acerca da língua e da reflexão de cunho filosófico tem sido há tempos negligenciado, em nome de uma suposta ausência de reflexão filosófica em terras lusas, carência que se estendeu a suas possessões ultramarinas. Maria Helena Varela (1996) propôs uma leitura filosófica de nossos discursos literários como forma de descobrir um pensamento plural e heterodoxo que seria encaminhado por obras e autores escolhidos (Fernando Pessoa, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, por exemplo) e que configuram uma espécie distinta de lógica não-excludente, a qual chamou de *heterologos*.

Nossa ainda incipiente leitura da questão da língua como elemento essencial de um pensamento acerca do posicionamento do Brasil no contexto latino-americano (OLIVEIRA, 1996) e no mundo, em última instância, coincidia à época com a escolha de Guimarães Rosa por Maria Helena Varela – no caso de Varela, a seleção de textos recaía com mais ênfase nas obras ficcionais significativas do mineiro. Em nossa experiência reflexiva, a leitura de Rosa havia nos encaminhado para as entrevistas do mineiro e, embora a obra de Varela naquela ocasião nos fosse desconhecida, lida posteriormente revelou-se um campo crítico que nos mostrou o quanto sua reflexão era avançada em relação ao que pretendíamos explorar, pois potencializava imensas possibilidades de questionamentos, muito mais complexos do que nosso modesto artigo até então pressupunha. A grande vertente problematizadora de Varela, a nosso ver, residia justamente não na tentativa de “resgate” do pensamento lusófono, nem na defesa de incapacidades ou minoridades filosóficas nacionais, e sim no sutil e arguto encaminhamento dessas questões

rumo à desconstrução de mais um viés do logocentrismo ocidental, a partir da leitura dos discursos poético-narrativos, que a autora classifica como “excessivos e originais em nossa cultura” (VARELA, 1996, p. 19). À diferença de um *logos* sistemático e edificante, Varela propunha trilhar um percurso crítico que assumia a razão em língua portuguesa como “recriada nos seus desvios e metamorfoses, viagens e mestiçagens, como um *logos* mais *edificante* do que *sistemático*, mais poético do que *noético* (VARELA, 1996, p. 19, grifos da autora). Nessa trilha ousada, e de risco, Varela (1996, p. 98) afirmava que:

Na sua assistemática filosófica, o pensamento em língua portuguesa, sobretudo nos últimos cem anos, assume-se como *razão nômade*, pensamento em contínua busca de si, cartografado ao longo deste trabalho nos textos e autores em cuja intersecção se joga o sentido de uma filosofia outra, cuja *clandestinidade* metafísica é por demais pertinente. À figura da árvore do logocentrismo ocidental, cujas raízes, ramos e ramificações sugerem um sentido único, a dominância da essência universal sobre as singularidades e acontecimentos, o *heterologos* contrapõe a figura do rizoma com a sua existência descentralizada e plural, as suas diferenças e multiplicidades (VARELA, 1996, p. 98, grifos da autora).

Para Varela, é no mar de rizomas que poetas e profetas navegam. Expostos brevemente alguns aspectos centrais de seu pensamento, passemos a detalhar alguns pontos de nossa reflexão sobre a questão da língua e da unidade, bem como sobre o modo com que Guimarães Rosa originalmente advoga um espaço singular, posto que generoso e diferencial, para o Brasil e sua língua.

Como dissemos anteriormente, pensar o espaço-tempo do pós-colonialismo e suas implicações no mundo de língua portuguesa requer de nós, obviamente, um delineamento dos percursos de ambiguidades inerentes ao processo de colonização, sucedido pela descolonização que deixou e deixa profundas marcas. No caso brasileiro,

é preciso compreender que o que se chama hoje de pós-colonialismo dificilmente se aplica aqui. O processo de independência, ocorrido em 1822, com a consequente instauração do Império, regido por um herdeiro do próprio trono português, do qual havíamos nos separado, revela processos de ambiguidades distintas das que marcaram a posterior descolonização dos outros territórios imperiais lusófonos, especialmente os de África e Ásia. Pensar o processo de configuração da identidade é atividade que demanda uma inserção em diversas áreas do conhecimento e da reflexão e, em nosso caso, a questão da língua pensada pela literatura aflorou como o tal modo de entrada de que tratamos no começo dessa reflexão. Cabe, nesse instante em que a ideologia da globalização se mostra promessa de integração com respeito às diferenças, indagar, criticamente, esse projeto exposto para verificar com quais recursos a literatura brasileira contemporânea oferece uma possibilidade reflexiva que, longe de ser integradora, subverte as noções vigentes acerca da natureza do mundo em rede, globalizado, e do próprio pensamento pós-colonial. Guardemos para adiante essas afirmações. No momento, interessa-nos retomar o conceito de unidade, um problema que, para a filosofia contemporânea, se mostrou central, especialmente na chamada desconstrução.

Frequentemente, retorna à cena discursiva a questão da integração, da unidade. E nos perguntamos se algum dia ela abandonara seu palco. Vista sob o caráter de urgência ou dormitando no lento processo de maturação de sua questão, na possibilidade mesma de sua constituição como questão fundamental, a problemática da unidade dos povos e de sua independência em relação aos antigos colonizadores reivindica seu posto nos segmentos mais diversos do pensamento contemporâneo. No entanto, acentuar essa urgência parece ser a estratégia fundamental do trabalho crítico, para o qual é preciso, para além do reconhecimento do tributo pago pela historiografia, superar a questão da unidade, não objetivando a recusa

radical de seus pressupostos ou de sua contribuição para o estabelecimento de noções, conceitos e reflexões, mas no sentido de buscar, no espaço de um *logos heterogêneo*, conforme Varela, um pensamento da unidade que seja diferencial e generoso. Deste modo, não é apenas o “um” da unidade, mas, principalmente e adicionalmente, o “mais-que-um” e o “menos-que-um” que serão os elementos integradores os quais, além de nos possibilitar pensar o destino e a destinação de um povo multifacetado, retraçam a geografia existencial dessa multidão contida na ideia do todo, da unidade.

A unidade é quantidade que se toma arbitrariamente, qualidade do um, do único, do uniforme, daquilo que supostamente não pode ser dividido em sua pretensa homogeneidade, conforme um pensamento metafísico redutor poderia advogar. Mas, se é próprio da unidade, o “mais-que-um”, conceitua-se, assim, uma “práxis da reunião”, como entende Jacques Derrida, isto é: o “acordo que reúne ou recolhe harmonizando”, pressupondo a alteridade no evento que, sem se reduzir à sua eventualidade, pensa a “singularidade e a alteridade do outro” (DERRIDA, 1994, p. 46-47), na qual o “menos-que-um” busca, por sua vez, a compreensão da singularidade dos sujeitos do ponto de vista da diferença ontológica, nos mecanismos de constituição daquilo que chamamos o *Ser*, o qual se vê diante da promessa da junção: “A aliança de um *rejuntar* sem cônjuge, sem organização, sem partido, sem nação, sem Estado, sem propriedade (o “comunismo”, a que denominaremos mais adiante a nova Internacional)” (DERRIDA, 1994, p. 48).

Como aqui se pretende ver, o sentido de se pensar a questão da integração pressuposta nos discursos da globalização e que permeia as discussões pós-coloniais, quer venham das macroanálises históricas, das incursões sociológicas, econômicas, políticas, filosóficas, deve incorporar, com lucro, a questão da língua, justaposta ao projeto literário e à questão da diferença. E por quê? Porque vivemos uma realidade na qual a diferença da

língua nos remete à solidão gigantesca do “mais-que-um”, na busca de uma utópica integração que, muitas vezes, se vive mesmo como delírio. A alteridade como projeto global e, ao mesmo tempo, como destino e marca das singularidades, se insinua nas dimensões ontológicas dos discursos constitutivos do outro, discursos que estruturam subjetividades singulares e se apresentam ainda como aquilo que a imaginação romântica brasileira pensou em termos de identidade/especificidade de nossa nação: ao sul do continente, uma (a nossa) língua singular surge como a diferença entre tantas e multifacetadas nacionalidades: língua que é o pressuposto “um”, a reunir mais de 200 milhões de sujeitos sob a égide da herança portuguesa.

Sabemos o quanto essas considerações são problemáticas e exercem um poder e um fascínio que escamoteiam as mais daninhas ideologias nacionalistas, mas sabemos também que, historicamente, a imaginação romântica, entre nós, foi eficiente e até mesmo necessária para que se criasse um projeto de integração que, nas palavras de Antonio Candido, se define como “conjunto de fatores que tendem a acentuar no indivíduo ou no grupo a participação dos valores comuns da sociedade”, enquanto que a diferença tem o papel de acentuar “as peculiaridades, as diferenças existentes em uns e outros” (CANDIDO, 1985, p. 23). A despeito das dicotomias um tanto redutoras dessas definições aqui trazidas, podemos nos perguntar: dentro de um projeto de integração, o que nos remete a esse encontro com o outro, com a alteridade? Brasileiros que somos e ainda marcados pela imaginação romântica, a compreensão de nossa peculiaridade se apresenta como questão originária.

Não poderemos historiar o percurso dessa questão, pelo espaço de que dispomos, neste momento, mas nunca é obsoleto apontar, em nossa literatura, o deslocamento operado por Machado de Assis, quando polemiza a questão do elemento indiano no Brasil: “É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum”, dispara o bruxo. E arremata:

(...) perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio Cesar*, a *Julieta e Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês (ASSIS, 1986, p. 804).

A crítica machadiana não resolveu, obviamente, a questão da nacionalidade. Ainda nebulosa, ela permanece, hoje, paradoxalmente, rejeitada como sendo alicerce das piores atrocidades em seu nome cometidas, e, entretanto, apresenta-se, por meio de outros paradoxos, em pleno vigor, nas lutas e movimentos de libertação, emancipação e independência. As guerras fratricidas se nos apresentam sob a bandeira dos fantasmas nacionais e nacionalistas. Se a questão da identidade, mais propriamente da identidade da nação, fala muito aos povos subjugados, inclusive como bandeira de luta, ela se torna problema humanitário em diversos lugares do globo, inclusive nas nações mais avançadas do capitalismo ocidental. As ameaças de racismo e xenofobia, esta aparentemente repesada, porém, ainda latente (mas, em muitos casos, patente), rivalizam com a intolerância para com o outro e para com as diferenças. Nesse sentido, a questão da unidade de língua se torna questão política, inscrita nas bases de um pensamento que encontra na literatura brasileira um campo *heterológico* de reflexões.

A questão do “um” – a marca que nos “une” no cenário da América Latina, e que se revela como diferença – seria homóloga à nossa língua-herança singular, à nossa destinação lusa. Enredada na multiplicidade cultural e linguística de outras heranças, especialmente a ibérica, berço e vínculo de futuras heranças latinas, a língua reflete contaminação e disseminação, diversidade que arregimenta forças em todo o território, fazendo valer a história como ciência do que muda, a requerer mobilidade de pensamento. No mundo globalizado, esse pensamento se alicerça na crítica ao projeto modernizador, que instituiu a técnica como fundamento. A modernidade

se interroga acerca da utilidade de um povo sem técnica e se pergunta sobre aqueles povos cujas ramificações do progresso não atingiram um estágio modernizador tal que lhes permitissem não só a integração geográfica, mas também existencial. Na base desse preconceito, os processos coloniais visaram entregar e, posteriormente, impor aos incivilizados um modelo que, em seus países de origem, jamais aprofundaria os veios democráticos, ao contrário, também seria parâmetro de exclusão, controle e tirania.

Se a língua se mostra fator de união entre comunidades de diferença, a técnica como diferença entre os que a possuem e os que não a têm espelha um abismo que resulta em práticas ideológicas de dominação a, paradoxalmente, acentuar as diferenças, mas colocando-as, ao mesmo tempo, em um campo dicotômico formado por positivities e negatividades: entre os que possuem a técnica e, portanto, estão integrados no processo globalizante, e os que não a possuem, os quais são, portanto negativamente diferentes. Assim se forma um campo ideológico, cuja aberração está em propor-se guardião da diferença, a qual, entretanto, não reúne e não pressupõe hospitalidade, solidariedade ou advento do outro.

Em que medida um projeto literário pode se inscrever nesse universo de questões, conferindo a ele um sentido que ultrapassa as pretensões meramente poético-narrativas para, no entanto, a elas, retornar adiante? Como o pensamento do *heterologos* aqui irá nos auxiliar na proposição de uma reflexão mais abrangente e que concebe o processo histórico como interrogação crítica peculiar do mundo e dos sujeitos? Fazamos de um exemplo nossa proposta de leitura das condições críticas em torno de uma literatura brasileira que lida com os grandes temas da contemporaneidade, a saber, globalização, multiculturalismo, pós-colonialismo, diferença: Guimarães Rosa e seu processo criativo. Por enquanto, aceitemos essa constatação: certo consenso,

no meio intelectual, indica uma lacuna teórica que se deve a uma incipiente produção filosófica, para não falar da inexistência de um pensamento original em língua portuguesa.

É pertinente notar que, na produção literária nacional, após o avanço machadiano, um grande marco da discussão crítica da literatura, da história e do pensamento por aqui é a abertura roseana, especialmente com o *Grande Sertão: Veredas*, não só porque esse romance examina a fundo a questão do indivíduo em sua solidão – solidão de língua, solidão geográfica, existencial etc. – mas também porque traz, no cerne de sua questão, a possibilidade de se pensar o sentido do projeto. Muitas vezes classificada – por estreiteza de pensamento de seus comentadores, ou por falta de instrumental teórico de parcela da *intelligentsia* – de literatura irracionalista, alienada, regressiva (nos obtusos sentidos dos termos), o projeto roseano sobrevive e vive, hoje, nas amplas aberturas e possibilidades de seus termos, que passam pela língua: “cada língua guarda em si uma verdade interior que não pode ser traduzida” (ROSA, 1983, p. 87); por uma proposta de ação, subjetiva e intransferível: “Minha língua (...) é a arma com a qual defendo a dignidade do homem” (ROSA, 1983, p. 87); por uma subversão filosófica: “a lógica é a prudência convertida em ciência; por isso não serve para nada” (ROSA, 1983, p. 93); ainda, por uma ampliação dos horizontes americanos: “A América Latina tornou-se, no terreno literário e artístico, digamos em alemão, “*weltfähig*” (apta para o mundo)– (ROSA, 1983, p. 96); “A América Latina talvez não seja uma incógnita principal, o “x”, mas provavelmente será o “y”, uma incógnita secundária muito importante” (ROSA, 1983, p. 97); “A América Latina inicia agora seu futuro. Acredito que será um futuro muito interessante, e espero que seja um futuro humano” (ROSA, 1983, p. 97); e, finalmente, por um projeto utópico: “Nunca me contento com alguma coisa. Como já lhe revelei, estou buscando o impossível, o infinito” (ROSA, 1983, p. 81). Palavras que datam de 1965.

De lá para cá, o que houve com a América Latina? Fez a opção histórica pela incógnita secundária do “y”, na possibilidade de um futuro humano (e não “humanista”, acentuemos)? Estimulou a busca do inatingível como modo utópico, visando a uma ação libertadora? Subverteu as categorias hegemônicas? Questionou suas deficiências – reais, imaginárias ou a ela atribuídas – em relação à técnica e devolveu a esses questionamentos uma resposta singular? Propôs refletir o papel de sua língua e de seu destino no cenário globalizado? E fez de seus sujeitos empreendedores desse projeto? Onde o projeto? Por que o projeto? Para quê? No encaminhamento dessas questões, reside uma espécie de destino messiânico, como já apontamos, da vinda do outro: o outro como o “mesmo diferido”, a diferença na diferença, o “um”, o “mais-que-um” e o “menos-que-um” da unidade: marca de marcas cujo rastro se denuncia no projeto utópico dos povos – o qual não se trata aqui de resgatar, a não ser como reflexão renovada para o que se dirá mais à frente. E como essas ideias, encaminhadas ao texto ficcional roseano, podem nos fornecer uma chave para a reflexão acerca da literatura, hoje?

O sujeito da narrativa de *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo, é aquele que interroga e vibra no afã de questionar um suposto interlocutor, o narratário letrado, oposto a Riobaldo, apenas suficientemente letrado para alfabetizar seus companheiros, mas insuficientemente versado na arte de escrever. Riobaldo, o quase-fora da letra, mas dono da palavra, é quem introduz as questões originárias no relato: quem sou? Quem somos? Para onde vamos? O que é o bem e o mal? Deus existe? O diabo existe? Levando ao paroxismo essas indagações, Riobaldo aponta para a transgressão, e sua fabulação circula pelo sertão, que serve de arcabouço conceitual para as metáforas de fora-dentro, do que carece de fechos, do que se apresenta como acontecimento e paisagem: “O sertão está em toda a parte” (ROSA, 1986, p. 08), diz Riobaldo. Diz Rosa: “O sertão é a alma de seus homens” (ROSA,

1983, p. 69). Sertão é símbolo de um universo, pátria espiritual, mundo original e de contrastes, cuja figura do sertanejo, longe de representar um tipo, projeta-se na definição maior do “sertanejo” como conceito e em sua universalidade na recusa dos paradigmas românticos: Dostoievski é um sertanejo; Soren Kierkegaard e Miguel de Unamuno, idem; também Friedrich Nietzsche; entre nós, Machado de Assis, e, na América Latina, Gabriel García Marquez, Julio Cortázar, Jorge Luis Borges, dentre tantos outros. São todos “homens do sertão”, o ponto de partida, mais do que qualquer outra coisa para se pensar um destino humano. Pois o modo de ser-sertanejo, para Rosa, reside na fabulação, questão essencial, pois somos intrinsecamente seres narrativos. Caso pudéssemos generalizar ao máximo certos conceitos, a fabulação seria um desses traços de união a equiparar os homens, dando sentido àquilo que chamamos de a humanidade do homem. A fabulação se dá no diálogo que constrói universos de realidade ao lado de universos ficcionais, além se abrir para o encontro que pressupõe inúmeros outros, que podem ser os outros da proximidade ou os outros desconhecidos, ou seja, os outros da diferença.

Determinação da linguagem no projeto que a metafísica encobre no dado da língua, pensar essa língua como intrínseca à humanidade do homem equivale a assumir um destino e uma determinação: estamos condenados a ela, como “língua-espectro”, homóloga ao fenômeno, conceito cuja definição é aparição do inaparente. A língua, no caso, a língua portuguesa na variante brasileira, permite que falemos de uma solidão essencial: “Apenas na solidão pode se descobrir que o diabo não existe. E isto significa o infinito da felicidade. Esta é minha mística” (ROSA, 1983, p. 73).

A mística roseana amplia e distende, de passagem, no projeto, o problema da “brasildade” – e que podemos, guardadas as devidas proporções, estender ainda à questão da latinidade – cuja definição impossível, no entanto, estimula a reflexão. Para Rosa (1983, p. 91), se

existe a tal “brasilidade”, ela é a língua de algo indizível, não captado pela razão, talvez um “sentir-pensar”, já que não se pode explicá-la, mas concretizá-la em exemplos: “Para compreender a “brasilidade” é importante antes de tudo aprender a reconhecer que a sabedoria é algo distinto da lógica” (ROSA, 1983, p. 93). Lógica que não diz muito acerca das amplas possibilidades de um projeto integrador, pois o cartesianismo instituído impregnou-se das dicotomias excludentes (aí contidas as ideias do maravilhoso, do fantástico, do irracional, que, supostamente formariam uma espécie de novo cânone literário específico para o caso latino-americano).

As palavras de Guimarães Rosa, na contracorrente dessas dicotomias, apontam para o questionamento do projeto, para o processo em que este é lançado, sob o lance e durante o lance. É um movimento do pensamento que se dissemina pela economia, pela política, e que se espraia na cotidianidade dos seres, ou mesmo, na manifestação diária das singularidades de povos cujo destino histórico se constrói nessas afirmações. Credo e poética. Retiramos dessa proposição uma *práxis poética* que compreende o sentido da unidade e do projeto integrador como reconhecimento das peculiaridades – de língua e geográfico-existenciais – de um país marcado por uma solidão fundamental ao sul de um continente marcado não somente pelo “um” da unidade integradora, mas também pelo “mais-que-um” e pelo “menos-que-um”.

No “mais-que-um” disseminam-se saberes, diversidades, diferenças. Na reviravolta da questão, compreendida através do “menos-que-um” da questão da unidade, reside a utopia da singularidade como herança, mas essa herança denuncia um vínculo e esse vínculo é o do colonizador. Voltaremos a essa questão, mais detidamente. No “menos-que-um”, reside grande parte da proposta de Guimarães Rosa: pensar o indizível, seu caráter, sua definição e, acima de tudo, problematizar toda proposta de definição, bem como a transitoriedade

da própria noção de proposta, com as cartas na mesa, postas: transitoriedade que se mostra vigorosa e que se nutre de uma crença no futuro.

Talvez um dia, quando o projeto utópico (e aí, poderemos compreender a especificidade daquilo que se projeta) for, de fato, uma poética da unidade, possamos pensar outra poética, a da “distensão”, alocada na ideia de um pensamento sempre em processo, no qual viveremos a generosa indeterminação do futuro, experimentaremos o devir como possibilidade de reunião, lugar onde o pensamento dos intelectuais, escritores, filósofos, poetas e historiadores aqui evocados demarca territórios de utopias adormecidas. Um dia, talvez, uma multidão irá acordá-las e é essa possibilidade que faz com que, parafraseando Rosa, cada homem tenha seu lugar no mundo e saiba de sua possibilidade de cumprir seu papel, o qual jamais será maior do que sua capacidade de fazê-lo: capacidade de preencher os espaços de seu lugar, de servir à verdade e aos homens, como diz Rosa: “Conheço meu lugar e minha tarefa. Muitos homens não conhecem ou chegam a fazê-lo quando é demasiado tarde. Por isso tudo é muito simples para mim e espero fazer justiça a esse lugar e a essa tarefa” (ROSA, 1983, p. 73-74).

Esse é o ponto de inflexão por meio do qual queremos nos guiar nessa reflexão. É preciso, para os objetivos aqui traçados, mapear esse espaço de língua como singularidade, como reunião, e ainda como marca de diferença que denuncia rastros, desencobre pistas de um passado colonial quase sempre marcado pelo brutal processo de imposição de uma cultura, de uma economia e de um projeto de força sobre povos, mas que, como herança, nos forma e nos confere força.

A utopia roseana não pode se dissociar da crítica à herança do projeto colonizador, sabendo que o que somos, hoje, como ideia de povo, resulta desses embates, em que, assimilados os erros e acertos, os desmandos, as influências e as rejeições revelam, obviamente, atração e repulsa. No caso brasileiro, desde o Romantismo,

essa repulsa encontrou, em Portugal, o óbvio alvo e o foco da rejeição, e, se por um lado, estruturou as bases de uma ideia de nacionalidade marcante e obviamente ambígua, por outro, se desviou da herança na rejeição do colonizador, muitas vezes sem perceber que essa rejeição era justamente uma espécie de retorno a ele. Daí a singularidade de nossa literatura em relação à matriz: ela espelha as próprias ambiguidades do colonizador, ele próprio dependente, como veremos no tópico seguinte.

Na viragem da literatura pós-machadiana, cujo projeto implicava uma redefinição da nação e de nossa especificidade, o projeto de Guimarães Rosa distendeu a questão do nacional, do projeto utópico e da língua como modo de se pensar o humano e não somente de pensar a pátria e a nação, ambas as noções frequentemente atreladas às piores atrocidades da caminhada humana. Por meio do projeto roseano, chegamos a uma ideia de literatura brasileira contemporânea que não pode prescindir da ideia da colônia, da colonização, de nossos processos formadores, que ergueram catedrais discursivas em torno da unidade e da diferença e que veem na língua não apenas herança, mas fenômeno de pertinência e recusa, atração e repulsa. Nessa direção, a sombra fantasmática do colonizador se revela nos rastros, no “um” da unidade de língua que só pode valer pelo “mais-que-um” da multidão e pelo “menos-que-um” da singularidade, do indizível, do menor. No caso da literatura brasileira contemporânea, essa relação com o passado colonial, em muitos autores, se dá pela denegação. Afirma-se o rastro ao negá-lo, por meio de uma atração pelo mundo que pouco resgata Portugal.

Em Bernardo Carvalho, autor a que recorreremos, essa atração é mesmo um projeto de negação do programa ideológico que se abriga sob o manto da identidade. Na obra de Carvalho, se há nação, esta é o mundo, e o Brasil, no exemplo que traremos, em seu romance *O filho da mãe*, quase se apaga, como a cumprir a ideia roseana de um destino humano, mas aqui, entretanto, aviltado

pelas contradições, diferenças anuladas e negativamente configuradas por histórias de atrocidades.

Antes, porém, mais uma breve reflexão crítica se faz necessária ao nosso projeto: ao lado da reflexão sobre a língua e a linguagem, a compreensão de uma suposta literatura brasileira pós-colonial – posto que advogar uma literatura pós-colonial brasileira só pode se dar na contramão, a despeito e a favor do que se entende como literatura pós-colonial em África e nas demais colônias recentemente tornadas independentes – requer pensar a especificidade do colonizador e de seu processo histórico. Para tanto, nos socorreremos da reflexão de Boaventura de Sousa Santos (2004).

O outro-outro: entre Prósperos e Calibans

Como Rosa, mas em perspectiva totalmente diversa, Santos propõe-se a pensar os processos identitários no espaço-tempo da língua portuguesa. A singularidade do colonialismo português é marcada por uma espécie de colonialismo subalterno, ao mesmo tempo colonizador e colonizado. Santos propõe um conjunto de axiomas complexos, cuja tese é a de que, nos tempos do neoliberalismo e da globalização, devemos pensar o pós-colonialismo lusófono como contra-hegemônico. Passemos a resumir suas propostas iniciais (SANTOS, 2004, p. 11-23).

Santos propõe quatro hipóteses de trabalho. Em primeiro lugar, Portugal apresenta-se, desde o século XVII, como um país semiperiférico no sistema mundial capitalista. Na segunda hipótese, mais complexa, o sistema de base colonial português reproduziu essa condição semiperiférica, a qual se verifica hoje, no panorama da inserção portuguesa na União Europeia, daí decorrendo três sub-hipóteses: Portugal perpetrou um colonialismo subalterno, visto que a própria matriz era, ela própria, colonizada; a colonização portuguesa

impregnou as colônias, mas a sociedade portuguesa também foi impregnada por elas; o processo de integração na União Europeia impacta dramaticamente a sociedade portuguesa. No caso da terceira hipótese, Santos mostra que é preciso compreender o sistema mundial atual para estabelecer a posição de Portugal nas atuais condições de globalização. Por último, a hipótese de que Portugal é uma cultura de fronteira, que assume essa forma de “zona fronteiriça”, de forte heterogeneidade interna.

Interessa-nos especificamente, nesse trabalho, a relação de Portugal com o outro colonizado. Ao colonizado, apresenta-se um duplo problema: ele é colonizado em relação a Portugal e em relação ao colonizador hegemônico e que se apresenta como colonizador de Portugal. Se o colonialismo hegemônico se apresenta como “colonialismo de ponta”, de “excelência”, o colonialismo português se revela “retroativo”, dessincronizado. Como resultado dessas reflexões, o pós-colonialismo português deve ser compreendido sob duas acepções: uma, política, diz respeito à independência das colônias; e outra, marcada por um “conjunto de práticas e discursos que desconstruem a narrativa colonial escrita pelo colonizador e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado” (SANTOS, 2004, p. 16). Uma singularidade decorre da segunda acepção: a reivindicação pós-colonial de que a experiência da ambivalência e da hibrididade entre colonizador e colonizado é mais complexa no caso português, visto que o colonizador experimentou esse hibridismo ao longo do processo colonizador, durante longos períodos. Outra questão é o tipo diferente de racismo praticado pela metrópole portuguesa, em que se exige “uma articulação densa com a questão da discriminação sexual e o feminismo” (SANTOS, 2004, p. 18). Finalmente, a falta de uma distinção clara entre colonizador e colonizado se nutre da peculiaridade de essa distinção estar inscrita na própria identidade do colonizador.

Esses elementos fazem Santos pensar em uma

disjunção da diferença, em que se apresentam alguns duplos: “a identidade do colonizador português é, assim, duplamente dupla, constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado” (SANTOS, 2004, p. 19). Daí a alteridade definida por meio de uma relação coextensiva, alocada nos dois lados da margem: o outro-outro (colonizado) em sua relação com o “outro próprio” (o colonizador colonizado). No caso brasileiro, a identidade de colonizado foi construída no processo formador dessa configuração ambígua, em sua relação com o colonizador português e com o colonizador de ponta, à época da independência, o império britânico.

Conclui Santos por um “estigma de indecidibilidade”, marcado pela imagem de um Próspero incompetente, originariamente híbrido. Seria o resultado dessa colonização vacilante a emergência de uma subcolonização ou de uma hipercolonização? Seria esse tipo de colonização capacitante ou incapacitante para o colonizado? Teria esse processo aberto os espaços para o surgimento de Prósperos substitutos no seio dos Calibans? (SANTOS, 2004, p. 22).

Problematizar o processo indecidível que marca o projeto colonizador português implica não se deixar apanhar pela armadilha de ora procurar compreendê-lo no jogo das semelhanças, ora no jogo das diferenças. E essa conclusão nos importa diretamente, pois, junto a um processo já encaminhado, de reflexão em torno da língua, da linguagem, de nossa solidão ao sul, conforme o mote roseano, queremos compreender a especificidade de uma literatura brasileira construída, a partir do Romantismo de 1836, por meio dessas ambiguidades em relação à matriz colonizadora, o que se refletiu, a nosso ver, no Modernismo Brasileiro e, de certa forma, se reflete na literatura de hoje. Assim sendo, o Romantismo brasileiro nega o outro português, disputando com ele uma identidade interna que se constrói por meio de diálogos com o colonizador hegemônico.

Em Alencar, essa busca se dará na identificação (negada por ele) com a literatura americana, de James Fenimore Cooper, e com fontes principalmente francesas e britânicas. Em *Como e por que sou romancista*, Alencar dirá que “se Chateaubriand e Cooper não houvessem existido, o romance americano havia de aparecer no Brasil a seu tempo” (ALENCAR, 1990, p. 61). Esse movimento de atração – a leitura dos clássicos franceses, contemporâneos, à época de Alencar, bem como a leitura dos britânicos, de Byron, em especial, e de Cooper, nos Estados Unidos, permeiam o testamento de Alencar como leitor – e dessa sua diferenciação e singularidade no panorama tropical evidencia-se um autor muito mais propenso à abertura discursiva do que supunha sua fortuna crítica.² O caminho aberto por Alencar, cuja resposta mais importante foi dada pela crítica machadiana, e, mais tarde, disseminado no modernismo brasileiro, ganha contornos de luta cultural, na crítica às influências portuguesas. É o Próspero “vacilante” enfrentando seus dilemas.

Um exemplo dessa relação conflituosa pode ser observado no estudo de Arnaldo Saraiva (2004) acerca das relações entre o modernismo português e o brasileiro³. Saraiva analisa uma passagem do *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, obra publicada por Almeida Garrett em 1826, na qual o português elogia o poeta Cláudio Manuel da Costa, comparativamente à análise de Afrânio Coutinho, quem, para Saraiva, “empobreceu e desentendeu, como é frequente nele, esta bela passagem” (SARAIVA, 2004, p. 35). Como Saraiva não desdobra e esmiúça para o leitor os detalhes de sua leitura divergente, nem em que bases se deram tal “empobrecimento” e “desentendimento”, precisamos situar o debate. Em primeiro lugar, reproduziremos a passagem de Garrett (apud SARAIVA, 2004, p. 35):

E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da Natureza

² O esforço em problematizar a questão alencariana resultou na obra *A solidão tropical*, em que Lucia Helena retoma a obra de Alencar e a apresenta sob o prisma de um “caráter mutante dessa (e do país) identidade” (HELENA, 2006, p. 121). *A solidão tropical* é leitura obrigatória para uma reavaliação do romantismo na prosa de seu maior escritor. Para um aprofundamento na questão das relações tensas entre a cor local e o projeto universal, que esse trabalho não comporta, ver a excelente discussão encaminhada por Lucia Helena sobre a visão de Machado de Assis, em “Instinto de nacionalidade”, no diálogo com o projeto de José de Alencar (em HELENA, 2006, p. 171-185).

³ Recomendamos a leitura de um pequeno capítulo da obra de Arnaldo Saraiva (2004, p. 35-40), em que se discute a tensa relação entre a crítica portuguesa e a produção literária brasileira. Nesse sentido, no campo da crítica literária, especialmente à época dos romantismos brasileiro e português, os problemas de hibridação e o jogo de espelhos entre uma literatura-matriz em relação à literatura da (agora ex) colônia refletem algumas ambivalências apontadas por Boaventura de Sousa Santos no campo sociopolítico. Saraiva (2004, p. 36) dirá que, se por um lado, “não faltaram demolidores portugueses de alguns livros e autores brasileiros”, também é certo que houve muitos “demolidores portugueses de livros e autores portugueses”.

naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional; parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.

Essa mesma passagem é citada por Afrânio Coutinho (1968, p. 20). Na leitura de Coutinho (1968, p. 21), a ideia de que a produção dos brasileiros “não fazia mais do que avultar e enriquecer a literatura portuguesa” seria seguida à risca, dado o prestígio de Garrett pelos autores de livros didáticos. Para Saraiva, no entanto, a ênfase de Coutinho no sintagma “literatura portuguesa”, sem lembrar de que este poderia ser desdobrado em literatura de língua portuguesa se agrava pela escamoteação do sintagma “espírito nacional”. Para Coutinho, a essência do pensamento de Garrett residia na compreensão da literatura brasileira como aspecto da literatura portuguesa e não nos aspectos de diferença, que, a despeito da recente independência, antagonizavam e aproximavam, em relação ambígua, a metrópole e a ex-colônia. Propomos perceber essa discussão na hipótese não excludente das relações de atração e repulsa. No caso, o “outro-outro” da colonização, em relação ao “outro próprio”, o colonizador, visto por Santos como, ele próprio, colonizado, reduplica as relações ambíguas que, no terreno político-econômico acabam por assemelhar-se no campo das lutas culturais. Saraiva acentua que também os portugueses eram demolidos em suas próprias terras, pois não estavam imunes à forte crítica interna que a literatura portuguesa romântica sofria. Podemos nos perguntar se esses fenômenos não se repetem nas diversas literaturas nacionais, inclusive nas chamadas áreas dos “colonialismos de ponta”. No caso brasileiro, entretanto, essa questão se matiza em cores diferentes.

Não podemos esquecer certas interpretações que compreendem a literatura brasileira como árvore que

deriva do galho português, mas esse galho também seria dependente da herança de literaturas nacionais mais fortes. “Galho do galho”, a árvore brasileira nutriu-se, desde o Romantismo, de um “estado ideal de começo absoluto”, pensado por uma “teoria nacionalista” que acentuava a originalidade e a diferença a despeito do parentesco histórico com a matriz portuguesa, conforme apontara Antonio Candido (2004, p. 11). Candido (1981, p. 28) diria ainda que:

O problema da autonomia, a definição do momento e motivos que a distinguem da portuguesa, é algo superado, que não interessou especialmente aqui. Justificava-se no século passado, quando se tratou de reforçar por todos os modos o perfil da jovem pátria e, portanto, nós agíamos, em relação a Portugal, como esses adolescentes mal seguros, que negam a dívida aos pais e chegam a mudar de sobrenome.

Esse vínculo, que originou a polêmica Saraiva-Coutinho, é retomado pelo próprio Candido, em sua análise de um trecho do *Caramuru*, de Santa Rita Durão (CANDIDO, 2000, p. 7-19). Na passagem em que Paraguaçu adormecida é observada pelo “bravo Jararaca”, Candido observa a junção do *locus amenus* da tradição literária europeia com a perspectiva de um temário e vocabulário novos, além de uma paisagem que insere, no imaginário literário europeu, o dado da cor local brasileira. Para Antonio Candido (2000, p. 18), “os poetas mineiros do século XVIII viveram intensamente problemas desse tipo, inclusive sob o aspecto de confronto de duas ordens culturais opostas: a europeia e a americana (ou: a civilizada e a primitiva)”. Em nossa leitura, a visão de Candido apazigua aquilo que, de forma ambivalente, se manifesta na crítica de Garrett. E serve de mote para o que pretendemos desenvolver acerca das relações desenvolvidas no campo literário brasileiro, no caso, no âmbito da literatura brasileira contemporânea, em suas

reflexões ficcionais acerca de seu papel no mundo, como ex-colônia e como nação marcada por uma literatura, novamente recorrendo a *Candido* (1981), empenhada, com todos os problemas que essa noção carrega.

Nossa independência se confunde com o influxo romântico e, entre nós, a consciência da função histórica de nossas letras, conforme bem definiu *Candido*, estabeleceu os movimentos de diferenciação e particularização que, se por um lado, acirraram a rejeição do Próspero português, a ele retornaram por meio da denegação. Se o pós-colonialismo como período histórico se define, como vimos com Santos, pela independência das colônias, seria impróprio falarmos simplesmente de uma literatura pós-colonial contemporânea desdenhando o dado de que tais discussões acerca de nossas relações com a metrópole colonizadora – conforme visto em Alencar, Coutinho, *Candido*, Saraiva, Garrett etc. – se deram nessa ambivalência entre atração e repulsa, com a balança pendendo para essa última.

Como visto, a questão da língua, apontada por nós, no *heterologos* roseano, alia-se ao problema da herança, do vínculo colonial, mesmo quando aparentemente o rejeita ou esquece. Portanto, pensar, hoje, a ficção contemporânea de um autor como Bernardo Carvalho, desconhecendo que, nele, as noções de identidade e de nacionalidade são questões cuja negatividade se dá justamente pelos efeitos desastrosos dessas políticas e ideologias na relação com o destino humano do homem, de que falava Rosa, percebemos vinculações, disjunções, as quais chamaremos aqui de “estratégias de reenvios” (OLIVEIRA, 2010, p. 224), ou seja: “Esse movimento de temporalização na diferença, de se tornar espaço no tempo, característico da escritura, traduz-se no mundo de significações que o texto atualizará sempre, sem jamais ser surpreendido como uma presença”.

A isto, antepomos a reflexão de Santos (2004, p. 24):

A identidade dominante reproduz-se assim por dois processos distintos: pela negação total do outro e pela disputa com a identidade subalterna do outro. Quase sempre o primeiro conduz ao segundo. (...) Do ponto de vista do diferente superior, porém, a identidade dominante só se transforma em fato político na medida em que entra em disputa com identidades subalternas. É esse o fato político que hoje designamos por “multiculturalismo”.

O problema da língua e da linguagem, conforme entendeu Rosa, encontra esse “outro-outro” de Santos (desde o século XIX politicamente liberto, como entende Candido) que se configura na negação da dívida colonial, mas os processos pelos quais a ficção contemporânea se apresenta no mundo globalizado ainda requererão uma meditação mais abrangente em torno desse temário aqui estabelecido.

Como hipótese de trabalho, e sempre lembrando de que estaremos a tratar da prosa de Bernardo Carvalho, especificamente em *O filho da mãe*, diremos que a narrativa brasileira contemporânea estabelece pólos discursivos jamais excludentes e que se revestem ora por uma atração pelo dado local, ora por uma atração pelo mundo. No conjunto das escritas que pretendemos trazer à discussão, entendemos a obra de Carvalho como inserida em um processo contínuo de apagamento das ideologias identitárias, narrativa cada vez mais voltada para a atração pelo mundo. Se negar a herança é impossível, já que a herança volta sob forma de denegação, diremos que, nem negação do outro colonizador, nem disputa com a identidade subalterna do outro, a ficção de Carvalho propõe a atração pelo mundo, em que o “outro próprio” ocupa uma posição dentre outras, não mais atrelada a um centro ou a uma origem, mas conforme um movimento que reconhece os efeitos da colonização, mas deles se distancia criticamente, como a olhar de forma enviesada para as noções aparentemente libertárias e que escondem símbolos e representações promovidas de forma a esvaziar

o conteúdo crítico da denúncia de uma globalização muitas vezes devastadora, incipiente e redutora.

Um romance e suas questões

São Petersburgo, abril de 2003. Estamos às vésperas do tricentenário da cidade, onde duas mulheres russas se encontram em um café da Rua Rubinshtein. Pouco antes do encontro, após ouvir a sentença de morte iminente de seu médico, Iúlia Stepánova se dirige ao Comitê das Mães dos Soldados de São Petersburgo (organização que auxilia mães de soldados), decidida a salvar a vida do filho de alguém antes de morrer. Lá, encontra Marina Bondáreva, amiga de juventude, ela própria mãe de uma vítima de guerra e do regime russo. O encontro das duas no café é o ponto de partida para o romance *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho (2009). A partir desse encontro, a trama vai traçando paralelos entre dois jovens, Andrei e Ruslan: o primeiro, russo, mas cujo pai é brasileiro; o segundo, checheno, que foge da guerra e de seu país e ruma a São Petersburgo em busca da mãe russa que o abandonara ainda criança com o pai, na Tchetchênia. Utilizando o recurso da prolepse, o desfecho trágico da história do rapaz russo já é antecipado pelo narrador heterodiegético, no início do romance. A narrativa desse desfecho, no entrecruzamento de várias histórias marcadas pelo pano de fundo da guerra da Tchetchênia, forma o arcabouço das múltiplas tramas que denotam, como sempre, no romance de Carvalho, a opção pela multiplicidade de vozes. A isso, confirma-se a vocação diaspórica da prosa de Carvalho, disseminada geograficamente pela Tchetchênia de 2003⁴ (período da chamada Segunda Guerra da Tchetchênia), pela São Petersburgo opressiva, ou pelas paisagens das montanhas de Grózní, e ainda pelo mar do Japão, e até mesmo alocada no Oiapoque, no Brasil.

A rigor, o romance não possui qualquer vínculo com

⁴ A Primeira Guerra da Tchetchênia ocorreu entre 1994 e 1996 e resultou na independência “de fato” e não “de jure” do território controlado pela Rússia e palco de inúmeros conflitos étnicos e políticos. O governo de Boris Yeltsin declarou o cessar-fogo em 1996, seguido da assinatura de um tratado de paz, no ano seguinte. Às baixas de dezenas de milhares de mortos, somam-se mais de 500 mil refugiados. A Segunda Guerra da Tchetchênia iniciou-se em 1999, em resposta a uma série de atentados de militantes chechenos a prédios Russos. Em resposta, o presidente Putin ordenara o bombardeamento e destruição de Grózní. Em represália, os chechenos promovem outra onda de atentados. O ápice da comoção russa por conta dos efeitos do conflito se deu em setembro de 2004, no que ficou conhecido como o Massacre de Beslam, localidade em que um grupo de guerrilheiros chechenos-íngussis ocupam uma escola municipal daquela cidade. O desfecho do episódio resultou na morte de 330 civis, sendo a maioria desses, crianças.

elementos tidos como brasileiros, a não ser as referências ao pai da personagem Andrei, ou a possibilidade de fuga do jovem para nossas terras, tentando escapar de seu destino de guerra na Rússia. O encontro de Ruslan e Andrei também é sugestivo, pois se trata do início de uma história de amor entre os dois rapazes, necessária ao projeto de que o romance é fruto.⁵ Um leitor desavisado sobre a autoria do romance poderá mesmo pensar que a obra pertence à literatura russa. Essa impressão não é descabida e faz parte do movimento ficcional que alimenta a obra de Carvalho. Diremos aqui, como proposta de reflexão, que ela estabelece suas bases por meio de uma “atração pelo mundo”, configurada por uma “ficção migrante”, isto é, não uma ficção narrada por migrantes, nem a eles especialmente voltada, na representação do migrante, mas uma ficção itinerante, que não é demarcada, nem geograficamente, nem temporalmente e, ousaríamos dizer, nem mesmo existencialmente. O mundo de Carvalho é o da mobilidade, e o lugar de sua prosa é o que chamaremos de “um lugar não mais”, adjunto a “um tempo não mais”, que é o tempo configurado pela reflexão e pela rejeição, recusa de um mundo supostamente integrador, mas que categoriza, separa, exclui. Mas o que se rejeita aqui? Em nossa leitura, essa rejeição recai na questão da identidade e na problemática da nação, em um tempo em que se edifica uma ideologia da diferença no mínimo contraditória. Nesse aspecto, a prosa de Carvalho se revela ficção política.

Especialmente em *O filho da mãe*, a matéria ficcional serve à nossa reflexão no sentido de conferir um caráter denunciador da herança e da promessa globalizantes. O discurso que impulsiona a reflexão é também um discurso a ser produzido pela leitura, nem projeto romântico de Brasil, nem viés documental realista. Conforme apontam Hardt e Negri (2006), nos tempos do Império, as fronteiras se dissolvem, pois o Império, supostamente, não pressupõe limites, nem espaciais nem temporais, já que a pós-modernidade idealmente se situa além ou no

⁵ O romance integra o projeto “Amores Expressos”, em que um escritor brasileiro é enviado a diferentes pontos do globo para ali situar uma história de amor. No caso de Bernardo Carvalho, coube-lhe a cidade de São Petersburgo.

fim da história. Nos romances de Carvalho, esses limites passam a ser cada vez mais distendidos. Em *Mongólia*, por exemplo, veremos o mergulho no coração das trevas desse país, em que a busca por um fotógrafo desaparecido leva um diplomata brasileiro a se aventurar na busca do outro – alteridade – e de si – subjetividade – em um mundo de espaços paradoxais: é cada vez menor o mundo, entretanto, mais intensamente aprofundam-se diferenças, recrudescem ideias de nacionalidade, de conceitos tribais, de soberania, estado, família etc. É nesse espaço difuso da Mongólia, entre povos de línguas desconhecidas – mesmo entre eles, a comunicação pode ser precária – que novamente a ficção migrante de Carvalho se desloca.

Em *O sol se põe em São Paulo*, romance imediatamente posterior a *Mongólia*, a narrativa trata, novamente, de uma busca, desta vez, em terras japonesas. Entendemos *O sol se põe em São Paulo* como um experimento que dá continuidade aos processos criativos do autor, cada vez menos afeito às homologias entre nacionalismo e ficção; entre identidade e narração, temas-chave do Romantismo brasileiro e contra os quais sua prosa propõe uma relação com o outro, não mais como o “outro brasileiro”, o “outro-outro”, o outro da nação, mas aquele desconhecido cuja imagem é construída, daí originando separações e estabelecendo preconceitos.

A ideia de identidade e de literatura nacional é finalmente solapada em *O filho da mãe*. Como realçado anteriormente, quase todas as referências ao Brasil são eliminadas e a narrativa se torna radicalmente migrante, no sentido de que sua unidade é configurada pelo olhar do narrador – sugestivamente e predominantemente heterodiegético. O tema também provoca aquilo que Hardt e Negri criticam e denunciam na era do Império, globalizante e pós-moderno: a discussão das diferenças. Para a ficção migrante, o olhar itinerante do narrador pode, com mais propriedade, estabelecer um conjunto de questões, um mapa em que as homologias são de difícil localização. Para o mundo imperial criticado por Hardt

e Negri, as formas de racismo, anteriormente baseadas, na modernidade, em critérios biológicos, e embora não desaparecidas, são gradualmente superpostas por um novo racismo, este, agora, já formado amplamente por elementos de cunho cultural. As diferenças se dão justamente pelas semelhanças entre a teoria antirracista moderna e as teorias raciais imperiais. Isto é,

La teoría racista imperial coincide en afirmar que las razas no constituyen unidades biológicas aisladas y que la naturaleza no puede dividirse en razas diferentes. También acepta que la conducta de los individuos y sus capacidades o aptitudes no dependen de su sangre ni de sus genes, sino que se deben al hecho de pertenecer a culturas históricamente determinadas de manera diferente. De modo que las diferencias no son fijas ni inmutables sino que son efectos contingentes de la historia social. La teoría racista imperial y la teoría antirracista moderna, en realidad, dicen cosas muy parecidas y en esta perspectiva es difícil hacer una clara división entre ambas (HARDT; NEGRI, 2006, p. 174).

Para os autores, as diferenças permitidas, sendo diferenças que não provocam nenhum distúrbio no Império, são assimiladas e logo mescladas, indiferenciadas. Deste modo, criticam o Império que mascara lutas individuais sob um princípio enganoso de democracia e de universalidade. É o que chamam de “triplo imperativo do Império”: há uma primeira etapa, inclusiva, em que o Império mostra sua face liberal; uma segunda etapa, chamada de “diferencial”, na qual o Império não cria diferenças, mas usa as diferenças existentes a seu favor; e uma terceira e última fase, chamada de “administradora”, em que a administração e hierarquização das diferenças estabelecem uma “economia geral de domínio” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 179-180). Sobre essa tríplice divisão, gostaríamos de estendê-la à nossa reflexão acerca do romance *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho.

A literatura possui – não como princípio básico, ou

função, sejamos claros, mas como um elemento originário, uma das qualidades de seu *modo de ser* – a capacidade de colocar em cena, pelo discurso, um determinado saber acerca do mundo. Não diz que sabe algo do mundo, mas *sabe de algo*; não diz que tem função, missão ou objetivo, nem que se propõe a tal e qual coisa, mas seu discurso constituinte acaba por fazer com que suas relações com o mundo se cerquem de um viés problematizante, o real ali se imiscuindo sempre como um processo em que se percebe uma preparação do imaginário. Com isso, seus processos ambíguos acabam por nutrir forças questionadoras que demandam da teoria uma resposta a esses reclames. Em recente artigo, dizíamos que a prosa de *O filho da mãe* se encaminhava para uma direção que ultrapassava a questão local da guerra – a Segunda Guerra da Tchetchênia – para ser um testemunho maior das condições de possibilidade de existência do sujeito. Dizíamos naquele momento que

Ao eleger como protagonistas dois jovens homossexuais sob o chicote da barbárie, Carvalho ficcionaliza os meandros dos regimes autoritários sem desconhecer que neles subjaz o preconceito, irmão da intolerância. Por meio de um jogo que somente a literatura tem a capacidade e possibilidade de estabelecer, a questão da guerra é homóloga à própria condição humana frente às diferenças massacradas. *Ofm* deixa de ser apenas uma aventura de guerra para ser uma composição humana, na qual a barbárie representada pela guerra é, alegórica ou metaforicamente, estendida à própria condição de exercício da subjetividade (OLIVEIRA, 2011b, p. 110).

Hardt e Negri (2005, p. 340) afirmam que as novas possibilidades para a democracia se confrontam com a questão da guerra. Para os pensadores, nosso mundo contemporâneo é caracterizado por presenças de guerras civis permanentes e generalizadas, em que ameaças de violência efetivamente colocam em xeque e risco a democracia:

The modern relationship between politics and war has been inverted. War is no longer an instrument at the disposal of political powers to be used in limited instances, but rather war itself tends to define the foundation of the political system. War tends to become a form of rule. (...) Violence tends no longer to be legitimated on the basis of legal structures or even moral principles. Rather the legitimation of violence tends only to come after the fact, based on the effect of the violence, its capacities to create and maintain order.

Se vimos, com Hardt e Negri, que a globalização do Império pressupõe, na primeira fase, chamada de inclusiva, incorporação de diferenças que não cria, mas as absorve, percebemos, por outras forças – aqui, a força da literatura – que essa “administração” e hierarquização das diferenças produzem híbridos monstruosos, os quais o discurso literário representa de forma crítica, amplificando suas contradições: no caso de *O filho da mãe*, seria este romance uma história de guerra, um relato ficcional da intolerância pós-imperialista, em uma Rússia de herança totalitária, ex-membro da comunidade soviética, ou seria recorte ficcional cuja ênfase recai em uma história de amor *gay*, ou, enfim, seria uma reflexão ficcional sobre as mães, vítimas indiretas e, por muitas vezes, silenciosas das guerras?

Como história de guerra, interessam-nos as relações entre literatura, representações da guerra e história; como relato ficcional da intolerância, pensamos em o quanto a ideia de incorporação das diferenças em uma massa uniforme pretendida pelo Império é desmentida veementemente pela literatura. Queremos compreender a literatura, conforme aprendido com Guimarães Rosa, como projeto utópico, aliada do que Marc Augé entende como possibilidade de uma utopia redentora (baseada na educação), mas que se defronta com questões paradoxais:

Se a humanidade fosse heroica, ela se acomodaria na ideia de que o conhecimento é seu fim derradeiro. Se a

humanidade fosse generosa, compreenderia que a divisão dos bens é para ela a solução mais econômica. (...) Se a humanidade fosse consciente de si mesma, não deixaria as questões de poder obscurecer o ideal do conhecimento. Mas a humanidade como tal não existe, não há senão homens, ou seja, sociedades, grupos, potências... e indivíduos. O paradoxo atual diz que é no auge desse estado de diversidade desigualitária que a mundialização do mundo se realiza. Os mais oprimidos dos oprimidos têm consciência de pertencer ao mesmo mundo que os mais abastados e os mais poderosos – e inversamente. Nunca, no fundo, os homens estiveram em melhor situação para se pensarem como humanidade. Nunca, sem dúvida, a ideia de homem genérico esteve mais presente nas consciências individuais. Mas nunca, tampouco, as tensões imputáveis à desigualdade das posições de poder e de riqueza ou à preponderância dos esquemas culturais totalitários estiveram tão fortes (AUGÉ, 2012, p. 117).

As contradições do Império, apontadas por Hardt e Negri, e aqui reafirmadas pelo antropólogo Marc Augé, podem cruzar-se na ficção migrante de Bernardo Carvalho, revelando uma espécie de representação ficcional do paradoxal mundo contemporâneo. Em *O filho da mãe*, a promessa de assimilação das diferenças confirma apenas uma condição ideológica, que funciona como propaganda para os meios midiáticos e como antídoto para as revoltas individuais e coletivas, servindo ainda para atenuar as reações necessárias, mas essa integração duvidosa pouco avança em direção a um mundo mais humano.

Decorre dessas reflexões uma questão no mínimo preocupante: estaria a literatura, também ela, sob a influência do projeto de padronização das diferenças proposto pelo Império? Nesse caso, a defesa de uma literatura mundial alheia ao conceito de nação-estado não poderia estar a serviço, conscientemente ou mesmo por via da denegação, desse amálgama amorfo que supõe consensos que anulam? Dissemos que Carvalho cria um mundo ficcional em que se apagam, cada vez mais, tanto o

projeto romântico de nação quanto a pragmática realista, tudo em nome de uma literatura migrante, feita por um escritor-migrante, por meio de narrador-migrante e de personagens-migrantes, em um mundo cujo espaço vem sendo cada vez mais reduzido. Mas, se verificamos, na leitura, que esse abandono jamais é acrítico e que a reflexão ficcional no discurso literário de Carvalho não se furta a discutir, na mobilidade contemporânea, a necessidade de resistência, aquela possibilidade já apontada por Augé, de todos se perceberem como parte desse mundo, pode passar a ser, no universo ficcional, também condição para se pensar, tanto uma utopia da educação quanto o que chamaremos de “utopia literária”, bem aos moldes da utopia redentora do destino humano desejada por Rosa. O que não demite o risco da subordinação, pois tudo depende da forma como lemos ou queremos ler a literatura, o que recai de qualquer modo, na questão ideológica dos embates culturais e políticos em terreno minado, o terreno da contemporaneidade.

O que faz com que um escritor brasileiro, carioca, de nome Bernardo Carvalho, migre para diversas partes do globo, e que, ao fazê-lo, ficcionalize as contradições das pluriformes organizações sociais e políticas do planeta, que, por meio de uma leitura comprometida, acaba revelando uma vontade de defesa de uma ética do humano envolvida, necessariamente, pelos processos sociais, econômicos e políticos do Império, o qual, em sua tentativa de cooptá-las, no fundo, acaba servindo ao pensamento crítico, em sua tarefa de desvelar as formas de mascaramento do empenho imperial pelo controle, por meio da política de “administração” eficiente das subjetividades.

As culturas da globalização se encontram justamente nesse limiar: entre uma ideia genérica de mundo homogêneo e que incorpora as diferenças e a realidade de certas regiões – como as ficcionalizadas em *O filho da mãe*, *Mongólia* e *O sol se põe em São Paulo*, nas quais a subjetividade encontra-se no tiroteio cerrado entre uma

modernidade tardia, que não chegou a certas áreas – e a crescente propaganda de incorporação do novo e da diversidade.

A ficção migrante coopera com a emergência de trânsitos textuais, históricos, temporais. O romance de Carvalho é ficção global, migrante, partícipe de uma ordem na qual os textos literários dialogam criticamente com um sistema que acabam por desconstruir, opostos ao que pretende certa imaginação romântica (abrigo da ideia de nação, identidade, de literatura brasileira autêntica). Promove-se, portanto, uma ética planetária que pode se beneficiar de uma ética literária, e, por meio dessa atitude, migram – assim como migraram os colonizadores para as Américas –, na contramão do projeto colonizador, às regiões mais distantes ou diversas, culturalmente e politicamente. Ao contrário do projeto colonizador, a utopia literária acaba por estabelecer, de forma suplementar, espaços críticos diaspóricos e instáveis, um *lugar não-mais*, cujo projeto político é também educacional, conforme pretende Marc Augé (2012, p. 118):

Se o ideal de pesquisa e de descoberta, o ideal da aventura, tivesse que ser reforçado, tornar-se o único ideal do planeta, as consequências não seriam pequenas. (...) Uma sociedade governada unicamente pelo ideal da pesquisa não pode tolerar nem a desigualdade nem a pobreza.

Para Augé, essa utopia deve ser construída e realizada de forma a orientar cientistas, observadores do social, gestores da economia, e artistas: uma utopia da educação para todos. Como contribuição a esse mundo a ser erguido, a literatura dos escritores migrantes oferece a descoberta, a aventura, o sentido da busca do passado, da pesquisa, a qual não tolera desigualdades e pobreza, pois faz delas matéria crítica – e, portanto, torna seus postulados matéria de aprendizado, constitutiva de seu discurso. Ficção do outro-outro, a narrativa

contemporânea, a qual, relutantemente, acreditamos ser **também** de caráter pós-colonial, compreende que a simples rejeição daquele pai, ele próprio subalterno, é momento ora superado, ora retomado pela denegação: ficção que se volta para o mundo quando deixa em espera a relação com o colonizador no acerto de contas que se dá na atração pelo mundo como um *lugar não mais*, configurado por uma errância que é, ao final, disposição política do discurso literário

As ficções migrantes guardam essa memória e esse destino: nômades, atravessam o mundo com seu olhar ambíguo e enviesado; aventureiras, não demitem do espírito humano o gosto pelo risco e pela descoberta; humanas, não rejeitam a identificação com o autor como o sujeito que as cria, não mais o gênio romântico, nem somente o sujeito da consciência, ou tampouco o sujeito isolado em si ou em sua torre de marfim, mas uma espécie de sujeito pedestre, migrante, caminhante, em eterno movimento, cuja metáfora de vida é a estrada como personificação do espaço-tempo, da história, do destino.

Conclusão

Ao ouvir a sentença de morte iminente, Iúlia Stepánova “sentiu, pela primeira vez, que não podia morrer sem salvar uma vida” (CARVALHO, 2009, p. 12). Marina Bóndareva teve a chance de salvar um rapaz de dezenove anos, morto em missão nas colinas de Grózni. Andrei, o rapaz morto, teve sua chance e tentou salvar a vida de Ruslan, espancado e morto por seu meio-irmão. A avó de Ruslan não consegue salvar a vida do filho e tenta desesperadamente salvar a do neto, sem sucesso. Nas montanhas da Tchetchênia, “todo homem tem um *kunak*, um amigo estrangeiro que o salvará da morte e que ele também tem a obrigação de salvar. Nenhum homem será completo enquanto não encontra o seu *kunak*” (CARVALHO, 2009, p. 161). A narrativa de *O filho da*

mãe é pontuada por essa questão do outro. Ficcionalização da hospitalidade e da alteridade, ela trata de uma ação que no romance se revela impossível, mas move o destino das mulheres no Comitê das Mães dos Soldados de São Petersburgo. Salvar o outro estrangeiro, para que possamos seguir nosso caminho, é o destino de cada homem no romance, e diríamos mesmo que a questão se reveste de uma utopia da destinação humana, o destino humano previsto por Rosa para a América Latina, utopia distante, em um mundo de vidas desperdiçadas, em que a guerra, conforme visto com Negri e Hardt, passa a ser um instrumento de governança.

Na literatura brasileira contemporânea, esse movimento migratório que pressupõe a vinda do outro sob a perspectiva da hospitalidade esbarra nos mecanismos e procedimentos imperiais. O “outro-outro” migrante, percebido na relação com o “outro-colonizador” e ele próprio subalterno, se lança, por atração, no mundo. Seu saber é ortodoxo, pois sua relação é do subalterno colonizado pelo “outro-subalterno”, mas a força de sua questão pode ali estar resumida: “o pensamento em língua portuguesa surge miscigenado e *heterológico* no seu *corpus* fluido e aparentemente sem sentido, porque intercambiador dos vários sentidos reais e possíveis” (VARELA, 1996, p. 317). Daí a literatura poder inscrever a alteridade em seu espaço, utópico por excelência, como uma instância sob estado de sítio. A questão dos nacionalismos, hoje, se inscreve, junto com as antigas noções de identidade, na via da *heteronormatividade* (LUIBHÉID, 2011), nas políticas pós-raciais (HESSE, 2011), nas discussões sobre a legalidade e a ilegalidade dos migrantes.

As condições para que afirmemos uma literatura brasileira contemporânea como pós-colonial, multicultural, ou, conforme preferimos/sugerimos, migrante, só podem ser dadas pelo reconhecimento de um processo diaspórico ao lado de um projeto de lugar: um *lugar não mais*, protagonizado por sujeitos migrantes, cuja destinação

utópica está sendo vencida e controlada, por enquanto e no momento, pelos imperativos de uma ordem ambígua que mascara sua veia repressiva e a apresenta sob o signo da cordialidade e da tolerância.

A tentativa de pensar a língua como promessa e destinação, com o lugar desse “outro-outro” em face de si, em face de seu ex-colonizador e em face do mundo em que se insere, hipóteses de trabalho aqui apresentadas, buscam, na literatura, respostas para a questão da possibilidade desse certo outro pressuposto no discurso literário, daquele que se torna invisível para poder transitar no mundo fronteiriço e, paradoxalmente, cada vez mais restrito, no qual, como exemplo, a condição de existência dos amantes Ruslan e Akif, em *O filho da mãe*, só pode se dar na invisibilidade.

A questão da guerra, não mais restrita à intervenção bélica, deve ser pensada ao lado de outras condicionantes, como as que refletem o drama das subjetividades arruinadas. Daí o amor entre os dois jovens, Ruslan e Akif, no romance de Carvalho, servir como metáfora ou alegorização das condições do sujeito contemporâneo, que deveriam configurar aquele destino humano previsto por Rosa, mas se encontram suspensas no mundo globalizado e em compasso de espera. Essa questão fechará nossa conclusão, paradoxalmente abrindo um debate por vir: o das relações entre autoritarismo, guerra e subjetividade. Deixemos ao romance de Carvalho (2009, p. 38), portanto, a tarefa de apontar futuros caminhos *heterológicos* de reflexão:

De alguma forma, Ruslan passou a associar o amor ao risco e à guerra, porque não conhecia outra coisa. Associou o sexo à trégua (o desejo deixava a realidade em suspenso) e o amor à iminência da perda. E daí em diante só conseguiu amar entre ruínas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obras completas*: v. III. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1986, p. 804.
- AUGÉ, Marc. *Para onde foi o futuro?* Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- _____. *Na sala de aula: cadernos de análise literária*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CARVALHO, Bernardo. *O filho da mãe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *O sol se põe em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Mongólia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- COUTINHO, Eduardo Farias (Org.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1983. (Coleção Fortuna Crítica, 6).
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: O Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FARRED, Grant; HARDT, Michael (Eds.). *Theory now. The South Quarterly*, n. 110, Winter 2011.
- HARDT, Michael; NEGRI, Toni. *Imperio*. Buenos Aires, Paidós, 2006.
- _____. *Multitude: war and democracy in the age of Empire*. New York: Penguin, 2005.
- HELENA, Lucia. *A solidão tropical: o Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- HESSE, Barnor. Self-fulfilling prophecy: the postracial horizon. In: FARRED, Grant; HARDT, Michael (Eds.). *Theory now. The South Quarterly*, n. 110, Winter 2011.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004, p. 10-73.
- LUIBHÉID. Eithne. Nationalist heterosexuality, migrant (il) legality, and Irish Citizenship Law: queering the connections. In: FARRED, Grant; HARDT, Michael (Eds.). *Theory now. The South Quarterly*, n. 110, Winter 2011.

- MACLEOD, John (Ed.). *The Routledge Companion to Postcolonial Studies*. London; New York: Routledge, 2007.
- OLIVEIRA, Paulo César Silva de. Representações da guerra da Tchetchênia, em *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho. *Terra roxa e outras terras: Revista de Estudos Literários*, Londrina, v. 21, set. 2011, p. 101-112.
- _____. *Poética da distensão: entre a transcrição da paisagem e a escritura do caminho* □ crítica e desconstrução no *Grande sertão: veredas*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.
- _____. Solidão ao Sul. In: *Concurso Literário Internacional Integração da América Latina e do Caribe: trabalhos classificados*. Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas, 1996, p. 65-78.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 23. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- _____. Diálogo com Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Eduardo Farias (Org.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1983, p. 62-97 (Coleção Fortuna Crítica, 6).
- SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004, p. 10-73.
- SURIN, Kenneth. Introduction: "Theory Now". In: FARRED, Grant; HARDT, Michael (Eds.). *Theory now. The South Quarterly*, n. 110, Winter 2011.
- TAYLOR, Claire. Latin America. In: MACLEOD, John (Ed.). *The Routledge Companion to Postcolonial Studies*. London; New York: Routledge, 2007.
- VARELA, Maria Helena. *O heterologos em língua portuguesa: elementos para uma antropologia filosófica situada*. Rio de Janeiro: Espaço-Tempo, 1996.